

**ATA DA 311ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE JUNHO DE 2005**

Aos treze e quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram para sua sessão ordinária, realizada em Brasília/DF. Estiveram presentes o Presidente do CNPCP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, e os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Laertes de Macedo Torrens, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva e Vetuval Martins Vasconcelos. Justificou a ausência, por motivos de força maior, o Conselheiro Rogério Etzel. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira declarou aberta a sessão, cumprimentando a todos. Submeteu à apreciação dos presentes a ata da 310ª Reunião Ordinária do CNPCP, que foi aprovada com as alterações propostas pelos Conselheiros César Oliveira de Barros Leal e Eleonora de Souza Luna. Passando à fase das comunicações, o Conselheiro Maurício Kuehne parabenizou o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira pelo artigo publicado na Folha da São Paulo sobre a questão penitenciária, dizendo que o apresentou no slips do Tribunal de Justiça e no Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos comunicou ter participado de debate na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, presidida pela Deputada Estadual Erica Kokai, atendendo ao pedido do Presidente do Conselho para representá-lo. Disse que se discutiu a problemática do Sistema Penitenciário de Brasília, em especial um relatório de visita de inspeção à Penitenciária Feminina de Brasília que consignava uma série de deficiências. Na oportunidade, falou do papel do Conselho e da sua preocupação com tais questões, agregando que o Conselho realizaria uma audiência pública com as autoridades do Distrito Federal para tratar do assunto. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que encaminhou à Secretaria do Conselho o projeto preliminar do Encontro de Execução Penal a ser realizado em Porto Alegre/RS, solicitando que os Conselheiros indiquem de quais mesas gostarão de tomar parte. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva sugeriu que todos se hospedem no Hotel Embaixador, pois, além de ser o local do Encontro, oferece um preço razoável. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne registrou que todos têm na pasta a proposta de indulto de 2005, juntamente com uma manifestação do Conselho Penitenciário da Bahia que entende como inconstitucional uma disposição do Decreto de Indulto de 2004. Com a

palavra, o Conselheiro Carlos Martins Antico disse que, há dois meses, foi procurado pelo Delegado da Polícia de Cruzeiro/SP para relatar-lhe a situação aflitiva em que se encontra a cadeia local. Após a visita, foi constatado o quadro descrito, tendo tomado a iniciativa de encaminhar ofício ao Dr. Nagashi Furukawa, Secretário de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo, para informar a situação. Não tendo obtido resposta, reiterou o ofício. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira indagou se são presos do sistema penitenciário, solicitando cópias dos documentos que entregará, em mãos, ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo na próxima quarta-feira. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis, após cumprimentar a todos, comunicou que será realizada em Brasília/DF a Conferência Internacional “Acesso à Justiça por Meios Alternativos de Resolução de Conflitos”, na linha da justiça participativa e restaurativa, organizada pela Secretaria de Reforma do Judiciário, passando às mãos do Conselheiro Edison José Biondi a ata da visita correcional ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário de São Paulo, realizada pelo Juiz de Execução Criminal da capital. Acha interessante, por igual, passar às mãos da Comissão responsável pela vistas de inspeção no Estado de São Paulo. Comunicou que, dando andamento ao que já havia sido tratado com o Presidente do CNPCP relativamente à publicação das resoluções do Conselho no Boletim do IBCCRIM, já foi dado sinal verde a custo zero. Consultou os Conselheiros se a resolução que trata das diretrizes seria a mais importante do Conselho. Por fim, disse que, na reunião do mês de julho, teremos a presença do Dr. Julio Jacob, pesquisador da Unesco, responsável pelo estudo sobre o mapa da violência de São Paulo. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a iniciativa do Conselheiro Carlos Weis. O Presidente comentou a importância desse mapeamento, citando como exemplo um bairro que, depois de tomadas algumas precauções, diminuiu muito os índices de criminalidade. Com a palavra, o Conselheiro Cassio Castellarin falou que, no Encontro de Execução Penal, a realizar-se em Porto Alegre/RS, participará da mesa redonda sobre drogas e presídios. Lembrou que, em outubro, realizar-se-á o Congresso de Psiquiatria e Lei e que o evento abre espaço para os que dele queiram participar. Disse, também, que foi convidado a tomar parte de um programa de prevenção e tratamento aos dependentes químicos no Estado do Rio Grande do Sul. Esteve no Patronato com uma população atual de 400 presos em regimes semi-aberto e aberto, na maioria ociosos, assinalando que o consumo de drogas é bastante alto. O Presidente agradeceu e comunicou que estará com o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e aproveitará para ver a possibilidade de a FIESP, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo, elaborar projetos, possibilitando empregos aos egressos e aos presos durante o cumprimento de

suas penas. Disse que essa colaboração já existiu em São Paulo através do SESI, SENAI, SENAC e SESC. Disse, ainda, que terá reunião com o ex-Ministro da Educação, Paulo Renato, hoje presidente do Comitê de Relações Sociais da FIESP, com o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sidney Sanches, Presidente do Comitê Jurídico e com o presidente do SENAI e tentará pôr em prática essa idéia, estendendo-a a todo o País. Falou que esteve com o Presidente da Fundação Bradesco, instituição extremamente ativa, com 180 mil alunos, e que o Presidente do Banco Bradesco demonstrou interesse em colaborar, confirmando um encontro com o Secretário de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo. Na fase das proposições, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva reiterou a sua sugestão de alterar os dias das reuniões do Conselho para terça e quarta-feira, em face da ação política do Conselho. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira colheu votos para a proposta e informou que o Conselho vem enfrentando problemas com as novas disposições do Tribunal de Contas no que tange à escolha da companhia aérea e dos horários de vôos dos Conselheiros, sugerindo que os membros reflitam sobre a situação. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que o Dr. Fernando Torres Cabral, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre/RS, deu uma entrevista no Jornal Zero Hora, criticando o monitoramento de presos do regime semi-aberto, na qual consta que o Secretário de Estado da Justiça e da Segurança Pública afirma que a missão de fiscalização é do Judiciário. Os magistrados reagiram, repassando a atribuição à autoridade responsável pelos presídios. Na entrevista, o Juiz disse que a SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários, fiscaliza especificamente o serviço externo e que o Judiciário de Porto Alegre/RS conta com apenas seis comissários de vigilância. O Conselheiro disse que a notícia causa preocupações quanto à efetividade da execução, propondo que o Conselho se manifeste sobre o aspecto político, e que, se há tantas resoluções, deve também existir uma referente à fiscalização dos regimes semi-aberto e aberto e das medidas e penas alternativas. Solicitou que o tema seja colocado na pauta da próxima reunião. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que já foi efetuado, pelo ILANUD, um diagnóstico da falta de fiscalização do sistema de penas alternativas. O Estado do Rio Grande do Sul é o único que criou a figura do comissário de vigilância, não tendo dúvida de que isso foi assaz importante para a credibilidade da aplicação das penas alternativas. E que, na mesma linha do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia, acredita que se deve fixar uma resolução que concite o Poder Judiciário, no âmbito de cada estado, a criar uma estrutura que possa dar efetividade às penas alternativas. O Conselheiro Carlos Weis apoiou a proposta e as manifestações dos que o antecederam. Disse que participou de reuniões na Comissão de Penas e Medidas

Alternativas, verificando que um dos graves problemas vem a ser a falta de recursos e que na, gestão anterior, houve um movimento do Ministério da Justiça no sentido de criar-se Centrais de Medidas Alternativas custeadas pelo Ministério, sendo que o tempo demonstrou que isso não funciona. Enfatizou que o Poder Judiciário precisa ser concitado a assumir essa responsabilidade e destinar um pouco de seus recursos à contratação de pessoal. A Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira disse que, recentemente, obteve cópias dos debates que antecederam a Lei de Penas Alternativas e observou que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária teve um papel de relevo e que vem a ser significativo o fato de que, anos depois, o Conselho se preocupe com sua efetivação. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva sugeriu que, na reunião de Porto Alegre/RS, se convide a promotora, bem como a juíza da Vara de Penas Alternativas, para falarem sobre o assunto. Disse, ainda, que, no Estado do Rio Grande do Sul, não foi criada a Central de Penas Alternativas, na linha do raciocínio exposto pelo Conselheiro Carlos Weis. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse, por sua vez, que, com a instalação do Conselho Nacional de Justiça, é oportuno encaminhar essas questões administrativas, sendo interessante convidar o Presidente do Superior Tribunal para participar da reunião. O Presidente disse que já está na pauta da reunião do mês de julho o convite para o Ministro Edison Vidigal e o Ministro Nelson Jobim, mas que é conveniente marcar uma audiência com o Ministro Nelson Jobim para levar-lhe, antecipadamente, essas sugestões. Solicitou que o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia faça esse interface. Solicitou, também, que fosse autuada a matéria do Jornal e designou os Conselheiros Frederico Guilherme Guariglia e Ricardo de Oliveira Silva, com a colaboração dos Conselheiros Carlos Weis e Ana Sofia Schmidt, para elaborarem sugestões concretas sobre o assunto para a próxima reunião. Dando continuidade aos trabalhos, foi iniciada a Audiência Pública com as autoridades do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a presença do Dr. Francisco Antônio da Silva, Subsecretário do Sistema Penitenciário do DF, representando o Gen. Athos Costa de Faria, do Dr. Magno Absalão Silva, membro do SESIP e do Dr. José Francisco Vaz, Presidente do Conselho Penitenciário do DF, lamentando a ausência das demais autoridades. Passou a palavra ao Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, 1º Vice-Presidente do Conselho, para coordenar os trabalhos. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos, após cumprimentar a todos, disse que, na reunião passada, se relatou um processo elaborado pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal a respeito da visita de inspeção no sistema prisional. Asseverou que é uma prática do CNPCP fazer uma interlocução com os estados sobre os problemas pertinentes à execução penal, sobretudo quando se constatam

deficiências nesse sistema, para que juntos possam buscar as medidas cabíveis com vistas à sua solução. Disse, ainda, que o Distrito Federal não é diferente dos outros estados, porquanto existe um déficit de vagas muito alto e o quadro de agentes penitenciários é muito pequeno, o que vem sendo suprido por policiais civis, militares e bombeiros. Falou do trabalho, registrando que a FUNAP não vem desenvolvendo a contento; do problema da educação que funciona de modo deficiente; da saúde, igualmente com suas carências; e das instalações em condições precárias. Falou, em seguida, dos recursos encaminhados pelo DEPEN/MJ ao sistema penitenciário do Distrito Federal. Com a palavra, o Dr. Francisco Vaz, Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, após cumprimentar a todos, enfatizou a importância de realizar essa audiência após a apreciação do relatório do Conselho Penitenciário. Aduziu que o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos relatou as condições atuais do sistema penitenciário, acrescentando a falta de apoio ao egresso e que a Secretaria de Segurança Pública tenta fazer alguma coisa. Disse que, além de contratar novos agentes, é necessário treiná-los adequadamente em uma escola de formação e oferecer condições de trabalho digno, podendo, assim, evitar os maus tratos ocorrentes no sistema. Falou que a arquitetura do sistema penitenciário deve ser reavaliada. Por fim, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Com a palavra, o Dr. Francisco Antonio da Silva, Subsecretário de Segurança e Defesa Social, após cumprimentar a todos, anunciou que já se realizou concurso para agente penitenciário, aguardando apenas o curso de formação, mas informou que esse número não suprirá a deficiência do sistema. Disse que estão gerenciando com a FUNAP para a viabilização de mais vagas para o trabalho. Na área de saúde, há um convênio entre os Ministérios da Justiça e da Saúde, desenvolvido juntamente com a Secretaria de Saúde e de Segurança do Distrito Federal com oito equipes trabalhando no sistema, dando certa tranquilidade aos diretores dos estabelecimentos. Falou que, no Distrito Federal, existem cinco estabelecimentos prisionais e, brevemente, haverá mais uma penitenciária com capacidade para mil e quinhentas vagas. O 1º Vice-Presidente agradeceu e ressaltou que, dentre as várias funções do CNPCP, consta a de representar às autoridades públicas e solicitar providências. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne indagou os números de presos, de agentes penitenciários, de egressos, a porcentagem de presos que trabalham e estudam, deixando claro que se verifica, a seu juízo, deficiência em todos os aspectos. O Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia perguntou sobre a revista aos visitantes, os dias das visitas e o apoio da Pastoral Carcerária. O Presidente Francisco Vaz disse que a Pastoral é muito boa, mas não é suficiente. Falou que existe um convênio para os presos trabalharem com viveiros, um trabalho recomendado para o desenvolvimento psico-social.

Disse que existe uma ala da penitenciária para o tratamento psiquiátrico dos presos. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos o interrompeu para falar que a situação dos presos em tratamento psiquiátrico não é boa, posto que se usa a mesma medicação para todos. O Conselheiro Carlos Weis falou que recebeu um relatório da assessoria da Deputada Erica Kokai, da Câmara Legislativa e do Fórum de Entidade dos Direitos Humanos que trata de questões que merecem uma resposta. Primeiro: a visita íntima só é permitida para sentenciadas que comprovem ser casadas formalmente ou que tenham filho decorrente da relação. Segundo: o uso excessivo de antidepressivos ministrados pela própria direção da unidade. Outra questão é a permissão de posse de um único livro (a Bíblia) pelas detentas. O castigo, por sua vez, é excessivamente aplicado e existe um comércio de bijuterias dentro da penitenciária. O Presidente do Conselho Penitenciário, Dr. Francisco Vaz, disse que a senhora que trabalha com as bijuterias, dentro da penitenciária, esclareceu suas atividades perante o Conselho Penitenciário. Disse não saber como funciona a comercialização, mas buscará informações. Com a palavra, o Dr. Magno Absalão Silva, membro do SESIP, pontuou que a oficina de bijuterias já foi regularizada e o recolhimento do INSS também. Com relação à visita íntima, estão verificando o que é possível ser feito e, no caso dos medicamentos, asseverou que a Secretaria tem equipes de saúde que estão trabalhando normalmente. Com relação ao isolamento, toda defesa é feita pela defensoria e por estagiários de diversas faculdades de direito. O Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal disse que são realizadas visitas de inspeções e constituídas comissões para verificação dos processos. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos solicitou à Secretaria de Segurança Pública as justificativas e as providências tomadas para as questões apresentadas nessa audiência pública. O Conselheiro Edison José Biondi indagou sobre as equipes de saúde do sistema penitenciário, pois, pelo número de presos, tem-se direito ao dobro da equipe. Perguntou, também, se existe um programa de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e se há controle da tuberculose. O Dr. Magno Absalão Silva disse que existe um trabalho em conjunto da Secretaria da Saúde e com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Informou que na nova penitenciária está prevista uma ala para os serviços de saúde. O Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira questionou se o Conselho Penitenciário é subordinado a Secretaria de Segurança Pública. O Presidente Francisco Vaz respondeu que é um órgão colegiado que se vincula, mas não se subordina, à Secretária de Segurança Pública. Acrescentou que existe um convênio com a Faculdade Católica. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos falou que essa audiência tem a finalidade de debater as questões, reconhecer as benfeitorias elaboradas e tomar ciência das providências tomadas. Por fim, agradeceu a presença de

todos e deu por encerrada a audiência pública, lamentando a ausência de representantes da Defensoria e do Ministério Público. Dando seqüência à pauta da reunião, foi apresentado, preliminarmente, o anteprojeto de indulto natalino de 2005 pelo Conselheiro Maurício Kuehne, que esclareceu as mudanças propostas. Após várias manifestações, ficou deliberado que o tema será discutido com mais profundidade, em reunião oportuna, aguardando-se as sugestões dos demais Conselheiros. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva propôs que se convidem os assessores do gabinete do Ministro da Justiça para participarem da apreciação do Indulto de Natal de 2005. Na parte da tarde, o Presidente Antonio Cláudio Mariz de Oliveira passou a palavra ao Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia que falou do processo que trata do voto do preso com parecer favorável do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos. Disse que o parecer é muito bom e que foi solicitado um estudo deste Colegiado sobre o assunto. Após várias manifestações, o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira pediu vista ao processo. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira indicou os Conselheiros Frederico Guilherme Guariglia e Ricardo de Oliveira Silva para representar o Conselho na cerimônia de instituição do Conselho Nacional de Justiça. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne falou do documento remetido ao CNPCP pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, o qual não acolheu a tese de inconstitucionalidade dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com relação ao artigo 1º,V, do Decreto de Indulto Natalino. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva comentou sobre a pena de multa constante no artigo 6º, indagando se dessa forma não se fragilizam ainda mais as penas alternativas. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira disse que essa forma não impede a cobrança. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira suspendeu os debates, informando que o assunto seria discutido posteriormente em razão da chegada da equipe do Reino Unido que iria expor o Projeto de Melhorias na Gestão do Sistema Penitenciário. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a presença dos consultores britânicos Sr. Andy Barclay – International Centre for Prison Studies, King’s College of London, e Sr. Alistair Bailey, Consultor independente do mesmo Centro. Com palavra, o Sr. Alistair Bailey agradeceu a oportunidade, apresentando o trabalho desenvolvido juntamente com o DEPEN/MJ para a capacitação dos agentes penitenciários, e fez chegar às mãos dos Conselheiros o manual para servidores penitenciários “Administração Penitenciária: uma abordagem de Direitos Humanos”. Disse que o trabalho, em parceria com o DEPEN/MJ, foi iniciado em São Paulo com a participação da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Passou a palavra ao Dr. Andy Barclay que recolocou que o Manual é resultado de uma parceria entre a Embaixada Britânica e o Ministério da Justiça. Essa

colaboração tem sido particularmente vigorosa na área de estudos e gestão penitenciária. Disse que o objetivo é criar melhores condições para os presos e servidores e aumentar a confiança e respeito pelo sistema penitenciário brasileiro. Apresentou um estudo com os objetivos do trabalho, que terão início nos Estados de Rondônia e Espírito Santo, pois uma pesquisa realizada indicou que essas unidades federativas exibem sérios problemas. Com a palavra, a Dra. Marisol de Paula Reis, após cumprimentar a todos, acrescentou que os dois estados foram escolhidos em razão dos problemas de infração às normas dos Direitos Humanos. Disse que a participação do Conselho, nessa segunda fase, é importante para a implementação do projeto, que vem sendo estruturado dentro do DEPEN a médio e a longo prazo. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a visita e a colaboração dos consultores. Explicou-lhes que, no Brasil, há um sério problema com a criminalidade e como ela é encarada. Disse que se está trabalhando nos efeitos do crime e não nas suas causas. Falou, ainda, que o Judiciário brasileiro reluta muito em aplicar outras penas que não sejam as de prisão e que há um movimento para a aplicação cada vez maior das penas alternativas. Disse que o CNPCP tenta sensibilizar o Judiciário e a sociedade, buscando conscientizá-los de que a prisão deve ser reservada apenas aos criminosos de alta periculosidade. Além disso, o País possui estados com características próprias, dificultando muito a uniformização de uma política nacional penitenciária. Por fim, disse que os estados mencionados têm problemas graves, mas existem outros estados com problemas de igual gravidade. Colocou o Conselho à disposição para que se possa alcançar os objetivos maiores da execução penal que são a recuperação do condenado e sua reinserção no meio livre. Passou a palavra ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal que comunicou que esteve em Rondônia, visitando a Penitenciária Urso Branco, denunciada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos por violar os direitos humanos dos encarcerados. Acrescentou que, na época, nenhum preso exercia qualquer atividade laboral e que as condições eram extremamente precárias. Disse que essa não é a única penitenciária no Estado de Rondônia em condições sub-humanas. Referiu-se ao estabelecimento penal de Ariquemis. Fez ver, ainda, que não há um interesse político efetivo no sentido de resolver as questões cruciantes da execução da pena no Estado. O Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia, falando sobre o Estado do Espírito Santo, comentou que a Pastoral Carcerária verificou que os administradores são policiais militares. A Conselheira Eleonora de Souza Luna explanou sobre a realidade do sistema penitenciário do Estado de Pernambuco e da criminalidade organizada dentro do estabelecimento Aníbal Bruno. O Conselheiro Maurício Kuehne discorreu sobre a realidade atual do País em relação ao problema carcerário. O

Conselheiro Edison José Biondi falou do Plano Nacional de Saúde e das campanhas de saúde realizadas, do Sistema Único de Saúde e do trabalho de capacitação dos agentes de saúde. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que a manifestação do Conselheiro Edison José Biondi demonstra que, no Brasil, nem tudo é tão ruim, bastando, apenas, vontade política para as coisas andarem. Falou, também, que quando se trazem experiências de países desenvolvidos para serem aplicadas no Brasil, elas batem na questão econômica, mas que se tenta alcançar os objetivos. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis disse que o CNPCP tem dado ênfase aos direitos humanos dos presos e dos funcionários e, por isso mesmo, fixou suas próprias Regras Mínimas para o Tratamento de Preso, uma adaptação das Regras da ONU. Disse, ainda, que, nesse mesmo sentido, editou as Diretrizes Básicas de Política Criminal e Penitenciária, as quais procuram orientar a formulação das leis na área criminal e penitenciária. Mencionou que foi analisado o Regime Disciplinar Diferenciado que se implementou em São Paulo no ano de 2001, convertido em lei no final do ano de 2003. Disse que esses programas de recursos aos estados são muito importantes, pois sem eles não haveria condições de se realizarem os trabalhos. Referiu as audiências públicas realizadas nos estados, envolvendo as autoridades do sistema penitenciário, as quais se têm dado bons resultados. Por fim, falou da criação dos bancos de dados das boas práticas, a ser implementado brevemente no Conselho, agradecendo a participação da equipe do Reino Unido. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos indagou qual o interesse do Governo Britânico no Brasil. O Sr. Alistair Bailey respondeu que o projeto é muito específico nos objetivos que visa a alcançar. Ele auxilia nas políticas penitenciárias, não havendo interesse de influenciar na política do país. Com a palavra, o Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia falou do trabalho desenvolvido por uma ONG na cidade de Bauru/SP, que se preocupa com o bem-estar dos funcionários, registrando que há uma pesquisa demonstrando que existem problemas de depressão e de saúde. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira reiterou os agradecimentos e pediu licença para se retirar devido a outro compromisso. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira fez algumas observações referentes ao Estado do Espírito Santo, dizendo que o novo Secretário de Estado da Justiça é uma pessoa muito responsável que está tentando resolver as questões apresentadas pelo Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia. Quanto ao manual apresentado, disse que se deve fazer um lançamento nos estados e que as normas nele contidas devem ser bem entendidas pelos agentes penitenciários. Falou que, no Estado do Amazonas, foi lançado um manual de conduta do preso, distribuído para todos os presos do sistema. Entregou-o, em seguida, aos convidados. Com a palavra, o Conselheiro Cassio Castellarin disse que,

como médico psiquiatra, preocupa-se com os aspectos psicológicos dos funcionários e dos presos e que existe um núcleo dentro do sistema prisional que não recebe a atenção devida. Falou dos manicômios judiciários, do uso de drogas e do abuso existente dentro dos presídios com a aplicação de medicamentos e entorpecentes. A Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira comentou sobre o vocabulário adotado no manual e da preocupação do Conselho com os direitos humanos. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que a cooperação internacional é extremamente enriquecedora e que o Conselho é um órgão colegiado, subordinado ao Ministro da Justiça, com assento na Lei nº 7.210/84 e que os artigos 62 a 64 definem a sua missão e o seu papel. O CNPCP é quem elabora as diretrizes da política criminal do país e o projeto de indulto natalino. Falou dos presos em delegacias, do sistema único de saúde que é uma realidade e um avanço para o sistema penitenciário. Falou da implementação das penas alternativas, que já é uma realidade no Estado do Rio Grande do Sul, e da existência da Associação Nacional de Justiça Terapêutica, da qual é o presidente e que oferece tratamento aos usuários de drogas. O Conselheiro Maurício Kuehne fez chegar à mãos dos convidados as publicações do CNPCP e agradeceu a presença de todos. O Sr. Alistair Bailey agradeceu a oportunidade. No dia seguinte, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos saudou a todos e passou a palavra ao Conselheiro Maurício Kuehne que iniciou a apresentação do relatório de visita de inspeção realizada nas Cadeias Públicas do Estado do Paraná, com ênfase no Município de Maringá. Após a leitura do relatório, no qual foram apresentadas várias irregularidades, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos comentou que, no Estado de Goiás, há uma obra parada, propondo que se destinem recursos, primeiramente, para o término das obras. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos propôs que se encaminhe ao DEPEN/MJ para tomar as providências cabíveis. Em seguida, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia sugeriu cautela no tocante ao aconselhamento do CNPCP juntos aos órgãos do Ministério da Justiça, o DEPEN e a SNJ, propondo que se convide o Dr. Clayton Alfredo Antunes, Diretor do DEPEN, e a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça, para tomarem ciência da situação relatada pelo Conselheiro Maurício Kuehne. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos ressaltou que, antes de tudo, deve-se analisar o pronunciamento do Diretor do DEPEN para, então, o Conselho atuar sobre os problemas levantados no relatório do Conselheiro Maurício Kuehne. Aprovou-se o relatório, que será encaminhado a autoridade competente. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos convidou a integrar a mesa o Dr. Fábio Costa Sá e Silva, Coordenador de Ensino do DEPEN, que, após cumprimentar a todos, expôs sobre a formação dos funcionários e da Escola Penitenciária Nacional. Ressaltou que nesse ano

foram realizadas cinco oficinas regionais para a capacitação dos funcionários do sistema prisional, falou, também, das dificuldades financeiras junto ao DEPEN para realizar o projeto e contratar consultores para trabalharem na matriz curricular, com vistas à solução desse problema. Por fim, disse que enviará ao Conselho o documento que trata disso. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal informou que o novo curso de Política Criminal e Penitenciária e Segurança Pública, com a parceria da UNB, da Escola do Ministério Público e do Ministério Justiça, foi aprovado e já se iniciaram as inscrições. O 1º Vice-Presidente Vetuval Vasconcelos indagou do Dr. Fábio Costa Sá e Silva sobre a criação das Escolas Penitenciárias. Ele respondeu que o espaço físico para construção da Escola Penitenciária Nacional em Brasília já está disponível, devendo ser iniciado o processo licitatório para a respectiva construção. A dificuldade está na parte administrativa, e que é de vital importância a participação do CNPCP como órgão consultivo. Dando continuidade à reunião, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo MJ/GM nº 08001.009427/2004-15. Assunto: PL nº 4.641/2004, do Deputado BABÁ e outros. Acrescenta no Código Penal, o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art. 1º da Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000021/2005-32. Assunto: Lei nº 7.210/84. Análise do art. 88, da Lei nº 7.210/84, observando a contradição referente a celas individuais, onde o CNPCP aprova a construção de celas coletivas. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: que seja proposta uma alteração legislativa que mantenha o caput do art. 88, mas se crie um parágrafo único com a seguinte redação: Na hipótese em que as condições e dimensões físicas o permitam, na cela se poderá, resguardando-se sempre a intimidade, alojar mais de uma pessoa, até o limite de seis, desde que não existam razões impeditivas, de ordem médica ou de segurança. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000023/2004-41. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia. Parecer do Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira: pela aprovação do Relatório e encaminhamento de ofício aos interessados sendo, em seguida procedido o arquivamento dos autos. Aprovado, com louvor, à unanimidade. **4)** Processo nº 08037.000028/2005-54. Assunto: Relatório de Visita de Inspeção no Sistema Penitenciário do Estado da Bahia. Parecer dos Conselheiros Carlos Lélcio Lauria Ferreira e Cassio Castellarin: pelo ofício às autoridades envolvidas no Sistema Penitenciário do Estado da Bahia, conforme orientações expressas no parecer dos relatores. Aprovado, com

louvor, à unanimidade, em razão iniciativa que resultou no Termo de Ajustamento de Conduta manifesto pelas autoridades do Estado. 5) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000069/2004-60. Assunto: Ofício nº 556/2004. Solicitação de Visita de Inspeção nos estabelecimentos penais de Maringá/PR, com pedido de interdição total da Cadeia Pública de Maringá/PR. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: após a realização da visita de inspeção, foi elaborado o relatório no sentido de oficiar às autoridades interessadas sobre as questões carcerárias relacionadas ao Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que serão convidados, o Diretor do DEPEN e a Secretária Nacional de Justiça, para discutir sobre a matéria. Aprovado, à unanimidade. Após a discussão de todos os processos distribuídos, foi deliberado pelo Colegiado que os pareceres dos processos nº 08037.000010/2005-25 e nº 08037.000021/2005-32 deverão ser publicados no *site* do CNPCP e na revista do Conselho. Após a apreciação dos processos, ficou deliberado pelo Conselho que, na realização das visitas de inspeção, o DEPEN deverá indicar um representante para acompanhar os membros do Conselho. Ao continuar o debate sobre o Relatório de Visita de Inspeção no Estado da Bahia, o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira apresentou novos dados e destacou o Termo de Ajustamento de Conduta, instituído naquele Estado. Concluindo a explanação do relatório, o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira disse que o Estado tem o compromisso de solucionar os problemas levantados. Os demais Conselheiros concordaram que o Ministério Público e a Magistratura devem participar ao nível institucional para viabilizar as visitas e as observações levantadas pelo Conselho, como parceiros. Em seguida, o 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos comunicou que o Conselho recebeu ofício do Estado do Amazonas referente à visita de inspeção realizada no Estado, passando-o ao Conselheiro responsável por dita visita. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos falou que pôde verificar que os presídios têm a aparência muito boa, mas destacou uma preocupação com o grande número de presos provisórios e com a assessoria jurídica. Indagou qual seria o objetivo da empresa e se ela realmente se compromete com a ressocialização. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira informou que foi feito um levantamento dos processos dos presos e que, como Secretário de Justiça, teve que adotar a terceirização, devido à ocorrência reiterada de mortes e fugas. Falou do crime organizado, da máfia de corrupção de agentes prisionais existentes no estado. Por fim, parabenizou o relatório dos Conselheiros e que está cuidando de todos os assuntos nele descritos. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que, atendendo ao pedido do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, esteve, juntamente com o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, na posse dos integrantes do Conselho

Nacional de Justiça. Falou, ainda, da circunstância de o Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira realizar visitas de inspeção sendo Secretário de Justiça do Amazonas, e sugeriu que o não fizesse. O Conselheiro Carlos Lélío Lauria disse que, quando veio para o Conselho, não veio representando os Secretários, mas que não é fácil, deixando clara sua autonomia para falar dos problemas apresentados aos demais colegas Secretários. Após várias manifestações, o Conselheiro disse que irá pensar sobre o assunto e falará com o Presidente. O 1º Vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos enalteceu a resposta ao relatório da visita de inspeção no Estado do Amazonas e, por fim, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Presidente

Publicada no D.O.U, de 5 de julho de 2005 – Seção 1.